CAROLINA DUCCI MAIA BARCELOS

**A POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DOS REGIMES DE BENS DO
CASAMENTO POR MEIO DE PACTO PÓS-NUPCIAL**

**Alternativas à atual forma de alteração de regime de bens do casamento
prevista no §2º do artigo 1.639 do Código Civil**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular José Luiz Gavião de Almeida

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2020**

CAROLINA DUCCI MAIA BARCELOS

**A POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DOS REGIMES DE BENS DO
CASAMENTO POR MEIO DE PACTO PÓS-NUPCIAL**

**Alternativas à atual forma de alteração de regime de bens do casamento
prevista no §2º do artigo 1.639 do Código Civil**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Civil, sob a orientação do Professor Titular José Luiz Gavião de Almeida.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2020**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Barcelos, Carolina Ducci Maia

A possibilidade de alteração dos regimes de bens do casamento por meio de pacto pós-nupcial: alternativas à atual forma de alteração de regime de bens do casamento prevista no §2º do artigo 1.639 do Código Civil ; Carolina Ducci Maia Barcelos ; orientador José Luiz Gavião de Almeida -- São Paulo, 2020.

162f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Alteração do regime de bens dos cônjuges. 2. Pacto Antenupcial. 3. Direito de Família. 4. Escritura Pública. 5. Pacto pós-nupcial. I. Almeida, José Luiz Gavião de , orient. II. Título.

Nome: BARCELOS, Carolina Ducci Maia

Título: A possibilidade de alteração dos regimes de bens do casamento por meio de pacto pós-nupcial: alternativas à atual forma de alteração de regime de bens do casamento prevista no §2º do artigo 1.639 do Código Civil

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Civil, sob a orientação do Professor Titular José Luiz Gavião de Almeida.

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

Dedico esta dissertação para Ariel Barcelos Marques Pereira, meu marido, Luara Ducci, minha mãe, Antonio Marcos Rodrigues Maia, meu pai, e Marcos Renato Ducci Maia e Cesar Vinicius Ducci Maia, meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Titular José Luiz Gavião de Almeida, pela orientação respeitosa ao livre pensar e pelos diálogos que sempre foram um convite à reflexão sobre as minhas próprias certezas. Sua disponibilidade para atender aos que o procuram é uma lição de vida para quem pretende seguir o magistério.

Ao meu marido e companheiro de vida, Ariel Barcelos Marques Pereira, pelo amor e compreensão nessa empreitada acadêmica que tanto tempo consumiu em detrimento do convívio familiar. Pelo incentivo nos momentos de desânimo, pelas renúncias aos finais de semana e feriados despendidos para o desenvolvimento deste trabalho e pelas palavras de afeto que me fizeram acreditar que, no final, tudo dá certo.

À minha mãe, Luara Ducci, pela nossa amizade e companheirismo, pelo amor incondicional, que me acalma e me tranquiliza, e por ter feito de tudo para me ajudar a cumprir as demais metas da minha vida, além do trabalho do mestrado.

Ao meu pai, Antonio Marcos Rodrigues Maia, pela transmissão de valores e por demonstrar a incrível capacidade de adaptação do ser humano. Após tantas lutas, sua força e garra me inspiram.

Ao meu amigo Heros Elier Martins Neto, pelo permanente incentivo ao meu crescimento acadêmico e profissional e especialmente pela inesgotável disposição em, por vezes em detrimento de seus próprios compromissos e da sua tese de doutorado, dedicar parcela considerável do seu tempo para me ajudar.

Às minhas amigas, Flavia Ribeiro Borges Manzano, Fernanda Ferrer Haddad e Beatriz de Almeida Borges e Silva, pelo privilégio do convívio, pelas palavras de afeto e incentivo constantes, pela empatia e generosidade, por quem eu tenho profunda admiração.

Ao meu amigo Rafael Gomes da Costa Riccomi, pela troca de ideias sobre o tema, pela ajuda na busca dos artigos e livros necessários para as infindáveis pesquisas e pela leitura dos capítulos por diversas vezes.

Aos meus colegas de trabalho do Mattos Filho Advogados e KLA Advogados, pelas vezes que pude contar com cada um para me auxiliar nas tarefas do nosso dia a dia, por discutir comigo as peculiaridades do tema escolhido, e por me proporcionarem um ambiente que faz da minha rotina diária de trabalho saudável, alegre e leve.

Ao meu amigo, Prof. Rodrigo da Silveira Barcellos, por estar sempre disposto a ajudar, no que fosse possível, para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Aos funcionários da biblioteca que, mesmo diante das dificuldades impostas pelo serviço público, trabalham, em sua maioria, com apreço e dedicação aos usuários.

Por fim, ao povo paulista que custeou meus estudos na Universidade de São Paulo, motivo pelo qual disponibilizo na íntegra este trabalho no sistema de dissertações e teses da USP, como forma de retribuir, ainda que de forma singela, todo o investimento realizado na minha educação.

BARCELOS, Carolina Ducci Maia. *A possibilidade de alteração dos regimes de bens do casamento por meio de pacto pós-nupcial: alternativas à atual forma de alteração de regime de bens do casamento prevista no §2º do artigo 1.639 do Código Civil*. 162f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a atual forma de alteração do regime de bens do casamento, que é feita hoje pela via judicial, e apresentar uma alternativa que possibilite proceder à alteração pela via administrativa, por meio da escritura pública de pacto pós-nupcial. A discussão será dividida em cinco partes. A primeira tratará dos breves apontamentos relativos aos princípios aplicáveis aos direitos patrimoniais no âmbito do direito de família, pois referidos princípios, especialmente o da mutabilidade, são de suma importância para o desenvolvimento desta dissertação e para fundamentar as críticas quanto à forma hoje existente e justificar a proposta de alteração pela via extrajudicial. A segunda apresentará os detalhes de cada um dos regimes de bens previstos no código civil em vigor e algumas questões polêmicas envolvidas. A terceira cuidará do pacto antenupcial, instrumento por meio do qual os nubentes podem escolher os regimes de bens, salvo algumas exceções, e as regras patrimoniais que regerão o seu casamento, trazendo, ainda, os limites de contratar, as cláusulas permitidas e as não permitidas. A quarta abordará os requisitos necessários, as peculiaridades e as polêmicas relativas à atual forma de alteração do regime de bens prevista no §2º do artigo 1.639 do Código Civil, como a alteração do regime de bens dos casamentos celebrados na vigência do Código Civil de 1916, e os efeitos da sentença de alteração. A quinta e última será sobre as formas de interpretação a demonstrar que a alteração do regime de bens também pode ser feita pela via administrativa, por meio da lavratura da escritura pública do pacto pós-nupcial, devendo sempre ser respeitado o direito de terceiros.

Palavras-chave: alteração do regime de bens; regime de bens dos cônjuges; pacto antenupcial; direito de família; escritura pública; pacto pós-nupcial.

BARCELOS, Carolina Ducci Maia. *To possibility of modification of the marriage regime through the post-nuptial: alternatives to the current form of modification foreseen in the second paragraph of article 1.639 of the Civil Code*. 162p. Dissertation (Master's Degree) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

ABSTRACT

The focus of this paper is to analyze the current form of alteration of the marriage property regime, which is executed through the judicial system, and present an alternative so that it is possible to proceed with an administrative change through the public deed of the post-nuptial agreement. The discussion is divided into five parts. The first deals with brief notes related to the applicable principles to property rights in the context of family law, as these principles, especially that of mutability, are of significant importance for the development of the dissertation and the rationale for the criticism of the existent form and the proposal for alteration through extrajudicial procedures. The second presents the details of each of the property regimes established in the current civil code and some controversial issues involved. The third details the pre-nuptial agreement, an instrument through which the engaged can choose the matrimonial regimes, with some exceptions, and the patrimonial rules that will govern their marriage, including the permitted and non-permitted clauses. The fourth addresses the necessary requirements, peculiarities and controversies regarding the current form of alteration of the property regime provided for in the second paragraph of article 1.639 of the Civil Code, such as the alteration of the property regime of marriages celebrated during the previous 1916 Civil Code and the effects of the amending sentence. The fifth and last is about the forms of interpretation to argue that the change in the regime of property can also be executed through administrative proceedings, by drawing up the public deed of the post-nuptial agreement, respecting the rights of third parties.

Keywords: modifications of property regimes; matrimonial regime; pre-nuptial agreement; family law; public deed; post-nuptial agreement.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
 1. APONTAMENTOS PRELIMINARES. BREVES APONTAMENTOS SOBRE OS PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AOS DIREITOS PATRIMONIAIS NO ÂMBITO DO DIREITO DE FAMÍLIA.....	 13
1.1. Princípio da autonomia privada dos cônjuges	13
1.2. Princípio da menor intervenção do estado nas relações conjugais.....	16
1.3. Princípio da intimidade e privacidade dos cônjuges	18
1.4. Princípio da liberdade contratual.....	19
1.5. Princípio da mutabilidade dos regimes de bens.....	22
 2. OS TIPOS DE REGIMES DE BENS PREVISTOS NO CÓDIGO CIVIL EM VIGOR.....	 27
2.1. Os regimes de bens.....	27
2.2. Breve histórico dos regimes de bens.....	28
2.3. Regime legal: comunhão parcial de bens	33
2.4. Regime da comunhão universal de bens.....	37
2.5. Regime da separação de bens.....	40
2.5.1. Regime da separação convencional de bens.....	41
2.5.2. Regime da separação obrigatória de bens	42
2.5.2.1. A Súmula 377 do STF.....	46
2.6. Regime da participação final nos aquestos.....	50
 3. O PACTO ANTENUPCIAL.....	 53
3.1. O pacto antenupcial	53
3.2. Formalidades do pacto antenupcial	55
3.3. A escolha do regime de bens e os pactos mistos	58
3.4. O limite de contratar e as cláusulas extrapatrimoniais	60
3.4.1. Cláusulas lícitas e permitidas.....	65
3.4.2. Cláusulas ilícitas e não permitidas	66
 4. ATUAL FORMA DE ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS PREVISTA NO § 2º DO ARTIGO 1.639 DO CÓDIGO CIVIL	 69
4.1. Breve histórico na atualidade da mutabilidade no Brasil.....	69
4.1.1. Exceções à regra de imutabilidade.....	72
4.2. A alteração dos regimes de bens dos casamentos celebrados na vigência do Código Civil de 1916	75
4.3. A alteração do regime de bens na separação obrigatória	77

4.4. Os requisitos e as formalidades da alteração do regime de bens.....	80
4.4.1. A consensualidade do pedido	81
4.4.2. A motivação necessária	82
4.4.3. O não prejuízo aos direitos de terceiros	88
4.4.4. A forma judicial.....	92
4.5. Os efeitos da sentença de alteração	95
4.6. A situação patrimonial após a alteração do regime de bens.....	102
 5. PROPOSTA: FORMA DE INTERPRETAÇÃO	109
5.1. Desjudicialização. Tendência: soluções pela via extrajudicial quando não há conflitos	109
5.2. A alteração extrajudicial como alternativa, mantendo a via judicial.....	129
5.2.1. Termo inicial e os efeitos da alteração	137
5.2.2. O direito de terceiros.....	139
5.2.3. Publicidade e registro do pacto pós-nupcial	141
 CONCLUSÕES.....	143
 REFERÊNCIAS	147
 ANEXO.....	157

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, define família como base da sociedade, merecendo especial proteção do Estado. O conceito constitucional de família foi alargado para além do casamento e assegurou proteção especial às comunidades formadas por qualquer dos pais e seus descendentes (as chamadas famílias monoparentais) e à união estável.

Restringindo nossa análise ao casamento, para fins deste estudo, observa-se que referido instituto gera efeitos pessoais e patrimoniais entre os cônjuges e terceiros. Os efeitos pessoais entre os cônjuges poderiam ser exemplificados com a possibilidade de se adotar o nome do outro cônjuge, se alterar o estado civil, além de se respeitarem os deveres do casamento. Ainda devem ser observados os efeitos patrimoniais, pois, a depender do regime de bens, haverá comunicação de bens entre os cônjuges. Se o casal tiver filhos, há efeitos patrimoniais na sucessão. Perante terceiros, os efeitos patrimoniais se mostram quando os cônjuges praticarem atos que dependem de outorga conjugal e forem responsabilizados por dívidas e contratos firmados por eles.

Assim, tendo o casal decidido celebrar o seu casamento, a escolha do regime de bens é a decisão mais relevante a ser tomada pelos nubentes, pois determinará as regras patrimoniais que regerão a união civil. Ocorre que, quando feita a opção por um dos regimes de bens descritos no Código Civil ou até pelo regime misto, o casal ainda não vislumbra as consequências da escolha, de modo que, durante o casamento, podem os cônjuges decidir modificar referidas regras.

O objetivo deste trabalho é analisar criticamente a atual forma de alteração de regime de bens do casamento prevista no §2º do artigo 1.639 do Código Civil e propor uma nova forma de alteração baseada na interpretação das regras vigentes, a permitir aos cônjuges a lavratura de escritura pública de pacto pós-nupcial, respeitando-se o direito de terceiros.

O trabalho terá início com breves apontamentos sobre os princípios aplicáveis aos direitos patrimoniais no âmbito do direito de família. Como a alteração do regime de bens é assunto primordialmente privado, serão abordados os princípios da autonomia privada dos cônjuges, da menor intervenção do Estado nas relações conjugais e da intimidade e privacidade dos cônjuges. Da natureza contratual do casamento decorre a natureza contratual da escolha do regime patrimonial de bens e de poder alterá-lo durante o casamento. Por essas

razões, também serão trazidos os princípios da liberdade contratual e da mutabilidade do regime de bens.

Em seguida, serão examinados os tipos de regime de bens previstos no Código Civil em vigor, contemplados por quatro tipos: o regime legal da comunhão parcial de bens, o da comunhão universal de bens, o da participação final nos aquestos e o da separação de bens. Este último é considerado em duas ocasiões distintas, a separação convencional de bens e a separação obrigatória de bens. O regime de bens determinará as regras patrimoniais do casamento, pois preceituará como será a administração dos bens dos cônjuges, se haverá necessidade do consentimento do outro cônjuge para a prática de certos atos, qual o modo de responsabilização por dívidas e como serão as regras de partilha diante da dissolução do casamento.

Indo além, será preciso analisar as formalidades e peculiaridades do pacto antenupcial, instrumento por meio do qual os nubentes, salvo algumas exceções, podem escolher o regime de bens e as regras patrimoniais do casamento. Ainda, serão expostos quais os limites das cláusulas dos pactos antenupciais, verificando-se a possibilidade de cláusulas extrapatrimoniais, além de cláusulas lícitas e permitidas e as ilícitas e não permitidas.

O quarto e o quinto capítulos são o núcleo dogmático do presente estudo. Busca-se ali, de início, trazer um breve histórico na atualidade da mutabilidade no Brasil e as exceções às regras de imutabilidade. Em seguida, serão apresentadas as discussões envolvidas na alteração dos regimes de bens dos casamentos celebrados na vigência do Código Civil de 1916 e na alteração do regime de bens na separação obrigatória.

O quarto capítulo pretende não apenas trazer os requisitos necessários para se obter a alteração do regime de bens, como também apresentar as discussões doutrinárias e jurisprudenciais relativas aos efeitos da sentença de alteração e a situação patrimonial após a alteração do regime de bens. Isso porque não há como propor uma nova forma de alteração sem antes analisar criticamente a atual forma de alteração de regime de bens do casamento prevista no §2º do artigo 1.639 do Código Civil.

O quinto capítulo trará novas formas de interpretar as regras vigentes, diante da tendência, no Brasil e em outros países, da *desjudicialização* quando não há conflitos, a possibilitar a alteração do regime de bens pela via extrajudicial como alternativa, mantendo a via judicial. Ainda, serão feitas análises dos projetos de leis que recentemente tramitaram

no Senado Federal sobre o tema, bem como do projeto de lei que hoje tramita na Câmara dos Deputados, expondo os requisitos necessários para a lavratura da escritura pública, as discussões acerca do termo inicial, efeitos da alteração do regime de bens, o direito de terceiros, a publicidade e o registro do pacto pós-nupcial.

Por tudo isso, a pesquisa se justifica, pois a forma de interpretação atual da lei, que prevê a alteração do regime de bens do casamento condicionada ao pedido motivado, consensual, que não prejudique direitos de terceiros e mediante autorização judicial, fere o princípio da autonomia privada e da não intervenção do Estado nas relações privadas.

É que não deve caber ao magistrado analisar os motivos dos cônjuges para alterar o seu regime de bens, tampouco restringir as alterações pretendidas, pois, dessa forma, não estão sendo respeitados os direitos personalíssimos dos cônjuges, o seu direito à liberdade, à sua livre manifestação, à sua intimidade e privacidade.

CONCLUSÕES

Do estudo aqui empreendido, foi possível concluir que a autonomia privada e a liberdade contratual nas relações conjugais se dão pela liberdade para se eleger o regime de bens do casamento e, somado ao princípio da mutabilidade, pela possibilidade de alterá-lo durante o casamento. Nesse processo, devem ser garantidas a privacidade e a intimidade dos cônjuges, e a mínima interferência do Estado nas relações conjugais, a qual deve se limitar a assegurar a proteção dos interesses e garantias individuais dos cônjuges em matérias que ultrapassam os direitos patrimoniais, pois em relação a estes, os particulares, sendo maiores e capazes, podem exercer pessoalmente poder normativo para regular seus interesses.

Identificou-se, ainda, que o regime de bens determinará as regras patrimoniais do casamento, de modo que o regime legal da comunhão parcial de bens será vigente na ausência do pacto antenupcial e quando os cônjuges não forem obrigados pela lei ao regime de separação obrigatória. Com relação ao regime da separação obrigatória, conclui-se que, apesar de a revogação do artigo 259 do Código Civil de 1916, dispositivo que deu suporte para a edição da Súmula n. 377 do STF, ter sido revogado e não reproduzido no Código Civil de 2002, os tribunais superiores permanecem aplicando referida súmula, que transforma o regime de separação em regime no qual se comunicam os bens adquiridos na constância do casamento.

Em exame do pacto antenupcial, verificou-se que, por meio de referido instrumento, os nubentes não só podem escolher um dos regimes previstos no Código Civil, mas também estabelecer um regime misto ou híbrido, que contenha disposições de mais de um regime, ou até mesmo formular um regime próprio com regras escritas pelo casal. Embora o pacto antenupcial seja um contrato que se destina, principalmente, a regular relações patrimoniais dos cônjuges, não haveria na legislação qualquer norma proibitiva para que se disciplinem também matérias extrapatrimoniais, como questões religiosas, exercício do poder familiar, educação dos filhos, etc. Assim, sendo a vontade das partes, desde que referidas cláusulas não sejam contrárias à lei, à ordem pública e aos princípios gerais do Direito, não há razões para serem proibidas.

Identificou-se que a alteração do regime de bens prevista no §2º do artigo 1.639 do Código Civil também se aplica aos casamentos realizados sob a égide do Código Civil de 1916. Da mesma maneira, referida alteração é possível em relação a todos os regimes de

bens, inclusive ao regime da separação obrigatória, se o motivo que gerou sua imposição deixar de existir, de forma que tal alteração não se dá de maneira automática, porque um dos requisitos da alteração do regime de bens é o pedido expresso dos cônjuges.

Por seu turno, quanto aos requisitos para a obtenção do regime de bens constantes do §2º do artigo 1.639 do Código Civil, viu-se que são eles: pedido consensual e motivado, que não prejudique direito de terceiros e seja concedido mediante autorização judicial. Quanto ao pedido consensual, verificou-se que referido ato não pode ser praticado de forma unilateral por meio de processo litigioso, o que contraria a essência da regra disposta na lei. Em relação à motivação, entendeu-se que sua exigência gera desnecessária intervenção do Estado na vida privada do casal, desrespeitando o artigo 1.513 do Código Civil, a intimidade e privacidade, de modo que tal intromissão pode desestabilizar a relação conjugal. Tanto é que os tribunais superiores têm flexibilizado referida exigência, aceitando como justificativa a divergência conjugal sobre a condução da vida financeira da família. Ainda, viu-se que, havendo eventual prejuízo para terceiros de boa-fé, a alteração do regime de bens deve ser reconhecida como ineficaz em relação a estes, o que não prejudica sua validade e eficácia entre os cônjuges.

Dando sequência, verificou-se que os efeitos da sentença que altera o regime de bens são *ex nunc*, de modo que o novo regime será aplicável somente quanto aos bens adquiridos após o trânsito em julgado da sentença, não retroagindo à data do casamento. Em razão disso, necessária se faz a pré-partilha dos bens, sobretudo se a alteração for de regime de comunhão (parcial ou universal) para de separação de bens, a fim de que haja a respectiva delimitação dos bens de cada um dos cônjuges. Após a sentença, denotou-se que a lavratura de pacto pós-nupcial se faz desnecessária se as regras do novo regime de bens estiverem devidamente especificadas na sentença. No entanto, se estivermos diante de um regime misto, necessária se faz a lavratura do pacto pós-nupcial, pois não cabe ao Judiciário detalhar de forma tão pormenorizada as regras patrimoniais do casal, por se tratar, inclusive, de interesse privado.

Identificou-se, ainda, que se interpretarmos a legislação vigente de forma diferente, e considerando a tendência, no Brasil e em outros países, da *desjudicialização* quando não há conflitos, é possível proceder à alteração do regime de bens pela via extrajudicial, mantendo a via judicial. Em uma interpretação sistemática do Código Civil, do Código de Processo Civil e da Lei n. 11.441/2007, observou-se que se, para dissolver o casamento, segundo os requisitos de referida lei, é possível a via administrativa, não faz nenhum sentido,

por igual lógica e coerência, ser possível modificar o regime de bens dos cônjuges, que continuarão a manter o vínculo conjugal, apenas pela via judicial.

Deve-se interpretar o §2º do artigo 1.639 do Código Civil de forma extensiva, pois quando preceitua ser “admissível alteração do regime de bens, mediante autorização judicial”, entende-se que alteração do regime de bens “pode” ser feita pela via judicial – apenas uma das formas permitidas –, havendo outras formas possíveis. Aplicando-se “a lógica do razoável”, de Luis Recaséns Siches, diante do contexto de *desjudicialização* em que vivemos, o excesso de trabalho dos magistrados estaduais, a inexistência de conflito na alteração do regime de bens, e as partes maiores e capazes envolvidas, é de se permitir a modificação do regime de bens pela via extrajudicial, por meio da lavratura de escritura pública de pacto pós-nupcial.

Assim, diante da possibilidade de se alterar o regime de bens pela via administrativa, a escritura de pacto pós-nupcial deverá ser lavrada, perante tabelião de notas, por ambos os cônjuges, que estarão assistidos por advogado (ou defensor público), e obedecer a certas formalidades e requisitos. Por se tratar de pacto pós-nupcial, tal ato deverá cumprir as mesmas formalidades do pacto antenupcial, inclusive no que se refere às cláusulas extrapatrimoniais, não havendo qualquer necessidade de os cônjuges justificarem o motivo que os levou a optar pela modificação do regime de bens.

Conclui-se, ainda, que o termo inicial da alteração de regime de bens pela via administrativa se dá, entre os cônjuges, a partir da lavratura da escritura pública de pacto pós-nupcial; já perante terceiros, desde o devido registro da aludida escritura. Com relação aos efeitos (*ex nunc* ou *ex tunc*) da alteração de regime de bens extrajudicial, a regra geral é que o efeito seja *ex nunc* entre os cônjuges e perante terceiros, com a partilha obrigatória de bens, se houver bens comuns (adquiridos por ocasião do antigo regime de bens), a fim de delimitar de forma clara a atribuição da titularidade dos bens. Assim, após a alteração do regime de bens, cada cônjuge terá sob sua titularidade os respectivos bens particulares. No entanto, se as partes desejarem adotar o efeito *ex tunc*, será possível, desde que tal efeito vigore somente entre os cônjuges, pois, perante terceiros, os efeitos da alteração de regime de bens extrajudicial sempre serão *ex nunc*.

Verificou-se que, para a lavratura de referida escritura pública, não há qualquer necessidade de se averiguar a existência ou não de dívidas dos cônjuges, nem de apresentar ao tabelionato de notas quaisquer certidões negativas. É que eventual existência de dívidas

dos cônjuges não impedirá a lavratura da aludida escritura pública, pois, perante terceiros, a alteração de regime de bens sempre será ineficaz.

Por fim, após a lavratura da escritura de pacto pós-nupcial alterando o regime de bens dos cônjuges, tal ato deverá ser levado (i) ao Cartório de Registro Civil no qual está assentado o casamento dos cônjuges, (ii) ao Registro de Imóveis do domicílio do casal e, havendo pacto antenupcial anterior, também ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis em que está registrado o referido pacto e, ainda, (iii) caso qualquer dos cônjuges seja empresário, ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, diante da exigência do artigo 979 do Código Civil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Luiz Gavião de. *Direito civil: família*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ALMEIDA, José Luiz Gavião de. Regime de bens do casamento: questões controvertidas. *Cadernos de Direito*, Universidade Metodista de Piracicaba, v. 1, n. 1, p. 55-62, 2001. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/download/882/408>. Acesso em: 27 maio 2018.

ALVES, José Carlos Moreira. *Direito romano*. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

ALVES, José Carlos Moreira. *Direito romano II. Instituições de direito romano*: B) Parte especial: direito das obrigações; direito de família; direito das sucessões. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

AMARAL, Francisco. *Direito civil: introdução*. 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

ASSUMPÇÃO, Letícia Franco Maculan; GRACIANO, Bernardo Freitas. O pacto pós-nupcial: na alteração de regime de bens após a autorização judicial e na retificação de registro civil. *Revista do IBDFAM*, Belo Horizonte, v. 18, nov./dez. 2016.

BEVILÁQUA, Clóvis. *Projecto de Código civil brasileiro*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224223>. Acesso em: 03 nov. 2019.

BITTENCOURT, J. Macedo. Alteração do regime de bens do casamento. *Migalhas*, 26 jun. 2006. Disponível em <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI26458,41046-Alteracao+do+regimes+de+bens+do+casamento>. Acesso em: 20 out. 2017.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. *Disponibilidade dos direitos da personalidade e autonomia privada*. 2003. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

BOSSERT, Gustavo A; ZANNONI, Eduardo A. *Manual de derecho de familia*. 5. ed. actual. y ampl. Buenos Aires: Astrea, 2001.

BRANDÃO, Débora Vanessa Caús. *Regime de bens no novo Código Civil*. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRANDELLI, Leonardo. *Teoria geral do direito notarial*. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei nº 11.441, de 4 de janeiro de 2007*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11441-4-janeiro-2007-549003-norma-pl.html>. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *PL 634/1975*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15675>. Acesso em: 27 dez. 2019..

BRASIL. Câmara dos Deputados. *PL 6416/2005*. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=310389>. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *PL 9498/2018*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167744>.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei do Senado nº 470, de 2013*. Dispõe sobre o Estatuto das Famílias e dá outras providências. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115242>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2016*. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125031>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BROMLEY, P M; LOWE, N V. *Family law*. 7th ed. London: Butterworths, 1987.

CAHALI, Francisco José. A súmula nº 377 e o novo Código Civil e a mutabilidade do regime de bens. *Revista do Advogado*, São Paulo, v. 24, n. 76, p. 27-32, jun. 2004. Disponível em <http://www.cahali.adv.br/arquivos/CAHALI%20-%20S%C3%BAmula%20377%20e%20Mudan%C3%A7a%20de%20Regime%20de%20Bens.pdf>. Acesso em 26 nov. 2017.

CAMARGO NETO, Mario de. Alteração administrativa de regime de bens, mediante escritura pública. Estatuto das famílias. *Site Professor Christiano Cassettari*, 2013. Disponível em http://www.professorchristiano.com.br/ArtigosLeis/artigo_mario_regime_bens.pdf. Acesso em: 19 nov. 2019.

CANUTO, Érica Verícia de Oliveira. Liberdade de contratar. O regime patrimonial de bens no casamento. Regimes mistos. In: FAMÍLIA E DIGNIDADE HUMANA. CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA, 5., 2005. *Anais [...]*. Organizador Rodrigo da Cunha Pereira. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

CANUTO, Érica Verícia de Oliveira. Mutabilidade do regime patrimonial de bens no casamento. *Revista Brasileira do Direito de Família*, Porto Alegre, v. 5, n. 22, fev./mar 2004.

CARDOSO, Fabiana Domingues. *Regime de bens e pacto antenupcial*. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.

CARVALHO, Dimas Messias de. *Direito das famílias*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CARVALHO FILHO, Milton Paulo de. Arts. 1.511 a 1.783-A - Família. In: PELUSO, Cezar (Coord.). *Código Civil comentado: doutrina e Jurisprudência*. Lei n. 10.406, de 10.01.2002. 11. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2017.

CARVALHO FILHO, Milton Paulo de. Arts. 1.511 a 1.783-A - Família. In: PELUSO, Cezar (Coord.). *Código Civil comentado: doutrina e Jurisprudência*. Lei n. 10.406, de 10.01.2002. 6. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2012.

CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu. *Comentários ao Código Civil: parte especial – do direito de família*. São Paulo: Saraiva, 2004. (Comentários ao Código Civil; v. 18, coordenação Antônio Junqueira de Azevedo).

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. *Atos Normativos. Resolução N° 35 de 24/04/2007*. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/179>. Acesso em: 02 jan. 2020.

DANTAS, Rodrigo Dório. Novo CPC: mudanças na ação de alteração de regime de bens. *Justificando*, 31 maio 2016. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/05/31/novo-cpc-mudancas-na-acao-de-alteracao-de-regime-de-bens/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

DELGADO, Mário Luiz. In: SCHREIBER, Anderson; TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando; MELO, Marco Aurélio Bezerra de; DELGADO, Mário Luiz. *Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Gen; Forense, 2019. (Código Civil Comentado Interativo).

DELGADO, Mário Luiz; MARINHO JÚNIOR, Jânio Urbano. Posso renunciar à herança em pacto antenupcial? *Revista Bimestral IBDFAM: Família e Sucessões*, Belo Horizonte, v. 31, jan./fev. 2019.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 11. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 12. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

DIDIER JÚNIOR, Fredie; FARIAS, Cristiano Chaves de. In: ALVIM, Arruda; ALVIM, Thereza (Coords.). *Comentários ao Código Civil brasileiro: do direito de família – direito patrimonial*. Rio de Janeiro: Forense, 2005. v. 15.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 5.

DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1998. v. 2.

DINIZ, Maria Helena. *Lei de introdução ao Código Civil brasileiro interpretada*. 15. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

ENUNCIADO 113 da I Jornada de Direito Civil. In: AGUIAR JR., Ruy Rosado de (Coord. Cient.). *Jornadas de direito civil I, III, IV e V: enunciados aprovados*. Brasília, DF: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej/EnunciadosAprovados-Jornadas-1345.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

ENUNCIADO 260 da III Jornada de Direito Civil. In: AGUIAR JR., Ruy Rosado de (Coord. Cient.). *Jornadas de direito civil I, III, IV e V: enunciados aprovados*. Brasília, DF: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej/EnunciadosAprovados-Jornadas-1345.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019.

ENUNCIADO 262 da IV Jornada de Direito Civil. In: AGUIAR JR., Ruy Rosado de (Coord. Cient.). *Jornadas de direito civil I, III, IV e V: enunciados aprovados*. Brasília, DF: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej/EnunciadosAprovados-Jornadas-1345.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019

ENUNCIADO 331 da IV Jornada de Direito Civil. In: AGUIAR JR., Ruy Rosado de (Coord. Cient.). *Jornadas de direito civil I, III, IV e V: enunciados aprovados*. Brasília, DF: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej/EnunciadosAprovados-Jornadas-1345.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2018.

ESPAÑA. *Código Civil*: Libro IV: Título III. Disponível em: <http://civil.udg.es/normacivil/estatal/CC/4T3-2.htm#L4T3C4S5>. Acesso em: 21 nov. 2019.

FACHIN, Luiz Edson. Da função pública ao espaço privado: aspectos da ‘privatização’ da família no projeto do Estado mínimo. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda (Coord.). *Direito e neoliberalismo: elementos para uma leitura interdisciplinar*. Curitiba: EDIBEJ, 1996.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito de civil: famílias*. 10. ed. rev. e atual. Salvador: JusPodivm, 2018.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Disposições Gerais dos Regimes de Bens e Pacto Antenupcial. In: SIMÃO, José Fernando; FUJITA, Jorge Shiguemitsu; CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu; ZUCCHI, Maria Cristina (Orgs.). *Direito de família no novo milênio: estudos em homenagem ao professor Álvaro Villaça Azevedo*. São Paulo: Atlas, 2010.

FERREIRA, Paulo Gaiger. Pactos patrimoniais e atividade notarial. In: SILVA, Regina Beatriz Tavares da; CAMARGO NETO, Theodureto de Almeida (Coords.). *Grandes temas de direito de família e sucessões*. São Paulo: Saraiva, 2011.

FLEISCHMANN, Simone Tassinari Cardoso; FACHINI, Laura Stefenon. Passado e futuro: questões sobre a possibilidade de mudança automática do regime de bens e disciplina jurídica pretérita pelo pacto antenupcial e contrato de união estável. In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima (Coords.). *Contratos, família e sucessões: diálogos complementares*. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2019.

FUJITA, Jorge Shiguemitsu. *Curso de direito civil: direito de família*. 2. ed. atual. de acordo com o novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002). São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo Curso de direito civil: contratos*. 2. ed. unificada. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. v. 4.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil: direito de família*. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. v. 6.

GARCIA, Marco Túlio Murano. O pacto da maturidade: da alteração do regime de bens na constância da sociedade conjugal. In: FAMÍLIA E DIGNIDADE HUMANA. CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA, 5., 2005. *Anais [...]*. Organizador Rodrigo da Cunha Pereira. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

GERMANO, José Luiz. As escrituras de divórcio e o respeito à intimidade. In: AHUALLI, Tânia Mara; BENACCHIO, Marcelo (Coords.); SANTOS, Queila Rocha Carmona dos (Org.). *Direito notarial e registral: homenagem às varas de registros públicos da Comarca de São Paulo*. São Paulo: Quartier Latin, 2016.

GERMANY. *German Civil Code*. Disponível em: http://www.gesetze-im-internet.de/englisch_bgb/englisch_bgb.html#p4999. Acesso em: 03 jun. 2018.

GHILARDI, Dóris. Contribuições da análise econômica do direito ao regime de bens. *Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões*, São Paulo, n. 19, jul./ago. 2017.

GOMES, Orlando. *Anteprojeto de Código Civil, apresentado ao Exmo. Sr. João Mangabeira, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em 31 de março de 1963, pelo prof. Orlando Gomes*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1963.

GOMES, Orlando. Autonomia privada. In: FRANÇA, Rubens Limongi (Coord.). *Enciclopédia Saraiva do Direito*. São Paulo: Saraiva, 1978. v. 9.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 16. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. v. 6.

GOZZO, Débora. *Pacto antenupcial: direito civil*. São Paulo: Saraiva, 1992.

GREGORY, John DeWitt; SWISHER, Peter Nash; WILSON, Robin Fretwell. *Understanding family law*. 4th ed. Washington: LexisNexis, 2013.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Casamento e regime de bens. *Jus Navigandi*, Teresina, 05/2003. Ano 2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/4095/casamento-e-regime-de-bens>. Acesso em: 19 nov. 2019.

ITALIA. *Il Codice Civile Italiano*. Disponível em: http://www.jus.unitn.it/cardozo/Obiter_Dictum/codciv/Lib1.htm. Acesso em: 21 nov. 2019.

JUSTIÇA em Números 2017: ano-base 2016. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça – CNJ, 2017.
<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/12/b60a659e5d5cb79337945c1dd137496c.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LÔBO, Paulo. *Direito civil: famílias*. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. v. 5.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Código Civil comentado: direito de família, relações de parentesco, direito patrimonial: arts. 1.591 a 1.693*. São Paulo: Atlas, 2003. (Coleção Código Civil Comentado, coordenador Álvaro Villaça Azevedo; v. 16).

MADALENO, Rolf. *Direito de família*. 7. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MADALENO, Rolf. *Direito de família*. 8. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MADALENO, Rolf. Pactos patrimoniais e autonomia da vontade. In: SILVA, Regina Beatriz Tavares da; CAMARGO NETO, Theodureto de Almeida (Coords.). *Grandes temas de direito de família e sucessões*. São Paulo: Saraiva, 2011.

MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. *Curso de direito de família*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2016.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Tratado de direito de família*. Atualizado por Vilson Rodrigues Alves. Campinas: Bookseller, 2001.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Tratado de direito privado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil*. São Paulo: Saraiva, 1970. v. 2.

MONTEIRO, Washington de Barros; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. *Curso de direito civil, 2: direito de família*. 43. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MORAIS, Ezequiel. A facultatividade do procedimento extrajudicial para divórcio, inventários e partilhas: considerações sobre o art. 1.124-A do CPC. In: COLTRO, Antônio Carlos Mathias; DELGADO, Mário Luiz (Coords.). *Separação, divórcio, partilhas e inventários extrajudiciais*. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.

MOREIRA, Cínthia Lopes. Apontamentos sobre o pacto antenupcial. In: CAHALI, Yussef Said; CAHALI, Francisco José (Orgs.). *Doutrina essenciais: família e sucessões: direito de família patrimonial*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. v. 5, p. 615-628. (Edições Especiais Revista dos Tribunais 100 anos).

NADER, Paulo. *Curso de direito civil: direito de família*. Rio de Janeiro: Forense, 2016. v. 5.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código Civil comentado*. 12. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Instituições de direito civil: família e sucessões*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. (Coleção Instituições de Direito Civil; v. 4).

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Novo Código de Processo Civil comentado*. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.

NEVES, Rodrigo Santos; LEAL, Jamile Amim Amaral; BRESSAN, Waleska Soares. A Inaplicabilidade da Súmula nº 377 do STF. *Revista Síntese Direito de Família*, ano 15, n. 81, p. 106-125, dez./jan. 2014. Disponível em http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDF_81_miolo%5B1%5D.pdf. Acesso em 26 nov. 2017.

NUNES, Lydia Neves Bastos Telles. *Direito de família: regimes matrimoniais de bens*. Leme: J. H. Mizuno, 2005.

PARA Quarta Turma, existência de testamento não inviabiliza inventário extrajudicial. *Notícias STJ*, 17 out. 2019. Disponível em <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/Para-Quarta-Turma--existencia-de-testamento-nao-inviabiliza-inventario-extrajudicial.aspx>. Acesso em 15 dez. 2019.

PELLICANI, Roger Benites. Aspectos relevantes do inventário extrajudicial. In: AHUALLI, Tânia Mara; BENACCHIO, Marcelo (Coords.); SANTOS, Queila Rocha Carmona dos (Org.). *Direito notarial e registral: homenagem às varas de Registros Públicos da Comarca de São Paulo*. São Paulo: Quartier Latin, 2016.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*. 27. ed. rev. e atual. por Tânia da Silva Pereira. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v. 5.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*. Atual. por Maria Celina Bodin de Moraes. Rio de Janeiro: Forense, 2004. v. 5.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Princípios fundamentais norteadores do direito de família*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

PEREIRA, Sérgio Gischkow. A alteração do regime de bens: possibilidade de retroagir. *Revista Brasileira do Direito de Família*, Porto Alegre, v. 6, n. 23, p. 66-70, abr./maio 2004.

PORTUGAL. *Código Civil Português* (Actualizado até à Lei 59/99, de 30/06). Disponível em: <https://www.igac.gov.pt/documents/20178/358682/C%C3%B3digo+Civil.pdf/2e6b36d8-876b-433c-88c1-5b066aa93991>. Acesso em 21 nov. 2019.

PUOLI, José Carlos Baptista. Dos Procedimentos de Jurisdição Voluntária. Disposições Gerais. In: BUENO, Cassio Scarpinella (Coord.). *Comentários ao Código de Processo Civil: Arts. 539 a 925: parte especial*. São Paulo: Saraiva, 2017. v. 3.

RANGEL, Rafael Calmon. *Partilha de bens na separação, no divórcio e na dissolução da união estável*. São Paulo: Saraiva, 2016.

REALE, Miguel. *Tramitação do Projeto*. Comentários sobre o projeto do Código Civil brasileiro. Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários; Tribunal Federal da 3ª Região. Brasília, DF: CJF, 2002.

RECASÉNS SICHES, Luis. *Introducción al estudio del derecho*. 12. ed. México: Porrúa, 1997.

RIBEIRO, Raphael Rego Borges. Elementos de teoria da interpretação do direito e sua aplicação aos testamentos. *Revista de Argumentação e Hermenêutica Jurídica*, v. 1, n. 2, p. 106-136 jul./dez. 2015. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/HermeneuticaJuridica/article/download/781/pdf>. Acesso em: 05 jan. 2020.

RODRIGUES, A. Coêlho. *Projecto do Código Civil brasileiro: precedido de um projecto de lei preliminar*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518628>. Acesso em: 03 nov. 2019.

RODRIGUES, Silvio. *Direito civil: direito de família*. 28. ed. atual. por Francisco José Cahali. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 6.

RODRIGUES, Silvio. Regime da separação de bens. In: CAHALI, Yussef Said; CAHALI, Francisco José (Orgs.). *Doutrina essenciais: família e sucessões: direito de família patrimonial*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. v. 5. (Edições Especiais Revista dos Tribunais 100 anos).

SANTOS, Francisco Cláudio de Almeida. O pacto antenupcial e a autonomia privada. In: BASTOS, Eliene Ferreira; SOUSA, Asiel Henrique de (Coords.). *Família e jurisdição*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

SANTOS, Luiz Felipe Brasil. A mutabilidade dos regimes de bens. *Migalhas*, 18 jul. 2003. Disponível em <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI2295,101048-A+mutabilidade+dos+regimes+de+bens>. Acesso em 19 nov. 2019.

SARMENTO, Daniel. *Direitos fundamentais e relações privadas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

SCHLUTER, Wilfried. *Código Civil alemão. Direito de Família. BGB – Familienrecht*. Trad. Elisete Antoniuk, 9. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

SEREJO, Lourival. *Direito constitucional da família*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 8. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1992.

SIMÃO, José Fernando. Aspectos controvertidos dos regimes de bens. In: HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando (Coords.). *Direito de família e das sucessões*. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009.

SIMÃO, José Fernando. Mudança de regime de bens e pacto antenupcial: um diálogo necessário. *Carta Forense*, abr. 2014. Disponível em <http://professorsimao.com.br/artigos/artigo.aspx?id=165>. Acesso em: 08 dez. 2019.

SIMÃO, José Fernando. Novamente a mudança do regime de bens? Maiores de 70 anos. *Carta Forense*, 2 jul. 2013. Disponível em <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/novamente-a-mudanca-do-regime-de-bens-maiores-de-70-anos/11505>. Acesso em: 20 out. 2017.

SIMÕES, Thiago Felipe Vargas. *Regime de bens no casamento e na união estável*. 1. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

SOLIMENE FILHO, Mario. É possível fazer inventário extrajudicial havendo testamento? *Jus*, jan. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/71769/e-possivel-fazer-inventario-extrajudicial-havendo-testamento>. Acesso em: 27 dez. 2019.

TAMBURRINO, Giuseppe. *Lineamenti del nuovo diritto di famiglia italiano*. 2. ed. Torino: Editrice Torinese, 1981.

TARTUCE, Fernanda. Dos Procedimentos de Jurisdição Voluntária. Do Divórcio e da Separação Consensuais, Da Extinção Consensual de União Estável e da Alteração do Regime de Bens do Matrimônio. In: BUENO, Cassio Scarpinella (Coord.). *Comentários ao Código de Processo Civil: Arts. 539 a 925: parte especial*. São Paulo: Saraiva, 2017. v. 3.

TARTUCE, Flávio. Da ação de alteração de regime de bens no novo CPC – Parte I. *Migalhas*, 24 fev. 2016. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104,MI234466,31047Da+acao+de+alteracao+de+regime+de+bens+no+novo+CPC+Parte+I>. Acesso em: 01 jun. 2018.

TARTUCE, Flávio. Da ação de alteração de regime de bens no novo CPC – Parte II. 30 de *Migalhas*, mar. 2016. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104,MI236681,51045-Da+acao+de+alteracao+de+regime+de+bens+no+novo+CPC+Parte+II>. Acesso em: 22 nov. 2019.

TARTUCE, Flávio. *Direito civil: direito de família*. 13. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018. v. 5.

TARTUCE, Flávio. Livro IV - Do Direito de Família. In: SCHREIBER, Anderson; TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando; MELO, Marco Aurélio Bezerra de; DELGADO, Mário Luiz. *Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Gen; Forense, 2019. (Código Civil Comentado Interativo).

TEPEDINO, Gustavo. Contratos em direito de família. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Org.). *Tratado de direito das famílias*. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015.

TEPEDINO, Gustavo. As controvérsias sobre regime de bens no novo Código Civil. *Revista IBDFAM*, 29 jan. 2008. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/assets/upload/anais/186.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República. Direito de família, sucessão em geral, sucessão legítima e testamentária, disposições finais e transitórias*. Rio de Janeiro e São Paulo: Renovar, 2014. v. 4.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO – TJSP. Corregedoria Geral. *Provimento 37/2016, de 17 de junho de 2016*. Disponível em <<https://www.extrajudicial.tjsp.jus.br/pexPtl/visualizarDetalhesPublicacao.do?cdTipopublicacao=3&nuSeqpublicacao=211>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

VELOSO, Zeno. Regime matrimoniais de bens. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). *Direito de família contemporâneo: doutrina, jurisprudência, direito comparado e interdisciplinaridade*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: direito de família*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

XAVIER, José Tadeu Neves. Questões relevantes sobre a mutabilidade do regime de bens do casamento. *Revista de Direito Privado*, São Paulo, v. 52, p. 193-228, out./dez. 2012.

ANEXO **CÂMARA DOS DEPUTADOS****PROJETO DE LEI N.º 9.498, DE 2018**

(Do Comissão Mista Temporária de Desburocratização destinada a avaliar processos, procedimentos e rotinas realizados por órgãos e entidades da administração pública federal, assim como as respectivas estruturas organizacionais, nos termos que especifica)

Altera os arts. 1.639 e 1.725 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), revoga o art. 734 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) e altera a Seção IV do Capítulo XV do Título III do Livro 1 da Parte Especial desse Código de Processo Civil, para desjudicializar a alteração de regime de bens do casamento e para dispor sobre a alteração de regime de bens na união estável.

DESPACHO:

PUBLIQUE-SE. SUBMETA-SE AO PLENÁRIO, NOS TERMOS DO ART. 143, DO RCCN.

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

VIII.8. Procedimento de alteração de regime de bens do casamento e da união estável (com absorção parcial do PL nº 8.971, de 2017, do Deputado Júlio Lopes)

PROJETO DE LEI Nº 9498/2018, DE 2017

Altera os arts. 1.639 e 1.725 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), revoga o art. 734 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) e altera a Seção IV do Capítulo XV do Título III do Livro I da Parte Especial desse Código de Processo Civil, para desjudicializar a alteração de regime de bens do casamento e para dispor sobre a alteração de regime de bens na união estável.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 1.639 e 1.725 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil – passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1.639.

§ 2º É admissível alteração do regime de bens mediante escritura pública firmada por ambos os cônjuges a ser averbada no Registro Civil das Pessoas Naturais, no Registro de Imóveis e, se for o caso, no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

§ 3º A alteração do regime de bens não terá eficácia retroativa e será ineficaz em relação a terceiros de boa-fé.” (NR)

“Art. 1.725.

Parágrafo único. A alteração do regime de bens poderá ser feita por meio de contrato escrito, mas só produzirá efeitos a partir da data de sua averbação e será ineficaz em relação a terceiros de boa-fé.”

lg-cv-lk2017-10916

SF/17612.20825-64

Página: 58/104 14/12/2017 09:02:22

ec1506fbc4a01e88031175d748a0eccc363c4da0

Art. 2º Revoga-se o art. 734 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, ao mesmo tempo em que a Seção IV do Capítulo XV do Título III do Livro I da Parte Especial desse Código passa a vigorar com esta redação:

**“Seção IV
Do Divórcio e da Separação Consensuais e da Extinção
Consensual de União Estável”**

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SF/17612.20825-64

Página: 59/104 14/12/2017 09:02:22

ec1506f6e4a01e88031175d748a0eccc363c4da0

lg-cv-lk2017-10916

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
PARTE ESPECIAL
.....

LIVRO IV
DO DIREITO DE FAMÍLIA
.....

TÍTULO II
DO DIREITO PATRIMONIAL

SUBTÍTULO I
DO REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.639. É lícito aos nubentes, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver.

§ 1º O regime de bens entre os cônjuges começa a vigorar desde a data do casamento.

§ 2º É admissível alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros.

Art. 1.640. Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão parcial.

Parágrafo único. Poderão os nubentes, no processo de habilitação, optar por qualquer dos regimes que este código regula. Quanto à forma, reduzir-se-á a termo a opção pela comunhão parcial, fazendo-se o pacto antenupcial por escritura pública, nas demais escolhas.

.....
TÍTULO III
DA UNIÃO ESTÁVEL

.....

Art. 1.725. Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.

Art. 1.726. A união estável poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao juiz e assento no Registro Civil.

.....

LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015

Código de Processo Civil.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

PARTE ESPECIAL

LIVRO I

DO PROCESSO DE CONHECIMENTO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

.....

TÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

.....

CAPÍTULO XV

DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

.....

Seção IV

Do Divórcio e da Separação Consensuais, da Extinção Consensual de União Estável e da Alteração do Regime de Bens do Matrimônio

Art. 731. A homologação do divórcio ou da separação consensuais, observados os requisitos legais, poderá ser requerida em petição assinada por ambos os cônjuges, da qual constarão:

- I - as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns;
- II - as disposições relativas à pensão alimentícia entre os cônjuges;
- III - o acordo relativo à guarda dos filhos incapazes e ao regime de visitas; e
- IV - o valor da contribuição para criar e educar os filhos.

Parágrafo único. Se os cônjuges não acordarem sobre a partilha dos bens, far-se-á esta depois de homologado o divórcio, na forma estabelecida nos arts. 647 a 658.

Art. 732. As disposições relativas ao processo de homologação judicial de divórcio ou de separação consensuais aplicam-se, no que couber, ao processo de homologação da extinção consensual de união estável.

Art. 733. O divórcio consensual, a separação consensual e a extinção consensual de união estável, não havendo nascituro ou filhos incapazes e observados os requisitos legais, poderão ser realizados por escritura pública, da qual constarão as disposições de que trata o art. 731.

§ 1º A escritura não depende de homologação judicial e constitui título hábil para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras.

§ 2º O tabelião somente lavrará a escritura se os interessados estiverem assistidos por advogado ou por defensor público, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.

Art. 734. A alteração do regime de bens do casamento, observados os requisitos legais, poderá ser requerida, motivadamente, em petição assinada por ambos os cônjuges, na qual serão expostas as razões que justificam a alteração, ressalvados os direitos de terceiros.

§ 1º Ao receber a petição inicial, o juiz determinará a intimação do Ministério Público e a publicação de edital que divulgue a pretendida alteração de bens, somente podendo decidir depois de decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da publicação do edital.

§ 2º Os cônjuges, na petição inicial ou em petição avulsa, podem propor ao juiz meio alternativo de divulgação da alteração do regime de bens, a fim de resguardar direitos de terceiros.

§ 3º Após o trânsito em julgado da sentença, serão expedidos mandados de averbação aos cartórios de registro civil e de imóveis e, caso qualquer dos cônjuges seja empresário, ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

Seção V Dos Testamentos e dos Codicilos

Art. 735. Recebendo testamento cerrado, o juiz, se não achar vício externo que o torne suspeito de nulidade ou falsidade, o abrirá e mandará que o escrivão o leia em presença do apresentante.

§ 1º Do termo de abertura constarão o nome do apresentante e como ele obteve o testamento, a data e o lugar do falecimento do testador, com as respectivas provas, e qualquer circunstância digna de nota.

§ 2º Depois de ouvido o Ministério Público, não havendo dúvidas a serem esclarecidas, o juiz mandará registrar, arquivar e cumprir o testamento.

§ 3º Feito o registro, será intimado o testamenteiro para assinar o termo da testamentária.

§ 4º Se não houver testamenteiro nomeado ou se ele estiver ausente ou não aceitar o encargo, o juiz nomeará testamenteiro dativo, observando-se a preferência legal.

§ 5º O testamenteiro deverá cumprir as disposições testamentárias e prestar contas em juízo do que recebeu e despendeu, observando-se o disposto em lei.

FIM DO DOCUMENTO